



DIPLOMACIA

Menos de seis meses depois de receber Donald Trump em Pequim, Xi Jinping retribui o gesto com visita à Casa Branca. Na pauta, a guerra comercial e o conflito no Oriente Médio, que atingem de maneira distinta cada uma das duas potências

A China desembarca em Washington

» SILVIO QUEIROZ

A Assembleia-Geral das Nações Unidas, que será aberta hoje, em Nova York, deu a ocasião para que o presidente da China, Xi Jinping, tenha na quinta-feira o segundo encontro cara a cara com Donald Trump no segundo mandato, menos de seis meses depois de recebê-lo em Pequim. Xi não tem programado discursar na ONU, mas o jantar de Estado oferecido ao visitante na Casa Branca terá um cardápio recheado de questões críticas, começando pela guerra de tarifas comerciais, arrefecida no ano passado por uma trégua apenas conveniente — para ambas as partes —, mas inconclusiva.

Nas últimas semanas, os dois governos se viram às voltas com controvérsias em torno do desenvolvimento acelerado da inteligência artificial, com seus riscos e oportunidades. Os minerais críticos para a economia pós-carbono, como as terras raras, tangenciam a pauta tecnológica. Mas, no terreno geopolítico, os dois líderes terão à mesa a guerra iniciada por Trump no Irã: o conflito, com os efeitos colaterais no mercado global de petróleo, pressiona a inflação nos Estados Unidos e coloca em risco o abastecimento da potência oriental em ascensão.

É nas prioridades de cada um que estudiosos e observadores se debruçam, no esforço de antecipar possíveis cenários e resultados para o encontro. “Há uma agenda muito ampla: comércio e tarifas, semicondutores, inteligência artificial, minerais críticos, Taiwan e, agora, a guerra com o Irã”, disse ao **Correio** o professor de relações internacionais Gunther Rudzit, da ESPM. “O resultado mais provável são entendimentos pontuais que reduzam algumas tensões, sem alterar a disputa estrutural entre as duas potências. É uma tentativa de estabilizar a competição, não de encerrá-la”, resume.

Durante um briefing aberto à imprensa pelo Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais (CSIS), com sede em Washington, o especialista em assuntos chineses Edgard Kagan ressaltou o curto intervalo desde a cúpula bilateral de maio, na capital chinesa — “algo muito fora do padrão nas relações EUA-China”. Kagan entende que, no fundamental, “a visita em si é a mensagem”. “Trump e Xi compartilham a visão de que cada um deles é o único governante capaz de lidar com o outro, e que a interação direta entre eles é a única maneira de administrar as relações bilaterais.”

Eleições no horizonte

Juliano Cortinhas, professor de relações internacionais na UnB, vê nas eleições legislativas do início de novembro o horizonte imediato das preocupações de Trump, que vê a popularidade em queda livre com o impacto inflacionário da alta doméstica nos combustíveis — decorrência da guerra iniciada por ele contra o Irã, em fevereiro, sem perspectiva de uma solução próxima. “A questão inflacionária está muito presente na vida dos americanos, que não estão sentindo condições de manter o padrão de

Brendan SMIALOWSKI/AFP



Trump com Xi em Pequim, em maio: agenda bilateral e cenário político mundial no centro dos desafios entre os dois líderes

Três perguntas para

GUNTHER RUDZIT, PROFESSOR DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA ESPM

Que papel Xi Jinping pode desempenhar no conflito dos EUA com o Irã?

A China não tem interesse na continuidade de uma guerra que desorganiza o comércio global, eleva o preço da energia e ameaça as rotas marítimas das quais sua economia depende. Xi pode atuar como facilitador de uma negociação e exercer pressão sobre Teerã, por moderação. Mas há um limite: não vejo a China abandonando o Irã ou simplesmente pressionando-o para aceitar as condições americanas. Para Pequim, uma mediação só faz sentido se houver concessões e garantias dos dois lados.

O gargalo no transporte de petróleo do Oriente Médio basta para que ele assuma uma postura mais incisiva?

Para a China, a guerra no Oriente Médio não é apenas uma questão diplomática: tornou-se um problema de

segurança econômica. Mais da metade das importações chinesas de petróleo vinha do Oriente Médio, em 2024, e a grande maioria do óleo importado chega por via marítima. A interrupção no Estreito de Ormuz já teve impacto mensurável: no segundo trimestre deste ano, as importações chinesas de petróleo caíram 32% em relação ao trimestre anterior, em grande medida pela elevação dos preços e pela perturbação dos fluxos pelo estreito.

Qual é o estado atual das discussões sobre a inteligência artificial?

Existe um paradoxo interessante: Estados Unidos e China competem para avançar mais rapidamente na IA, mas, justamente porque a tecnologia avança rapidamente, também precisam discutir mecanismos para impedir que essa competição produza acidentes ou escaladas, especialmente no campo militar. Portanto, é possível haver algum diálogo sobre salvaguardas, mesmo sem qualquer acordo para frear a competição tecnológica.

influência.” Rudzit destaca o interesse chinês em superar o impasse no Oriente Médio, mas não a qualquer preço: “Não vejo a China abandonando o Irã, ou simplesmente pressionando-o para aceitar as condições americanas. Para Pequim, uma mediação só faz sentido se houver concessões e garantias dos dois lados”.

Cartas na mesa

Afeito às partidas de pôquer e às negociações áspers do mercado imobiliário, Trump se sentará à mesa com o convidado com alguns trunfos nas mãos, arrisca o professor. “Os EUA continuam controlando elementos decisivos do ecossistema tecnológico mundial”, pondera. “Podem negociar tarifas, o acesso dos produtos chineses ao mercado americano, controles de exportação sobre semicondutores e equipamentos avançados”, lembra. “Mas a China possui enorme peso comercial e industrial, é central em diversas cadeias de minerais críticos e continua sendo um mercado fundamental para empresas e produtores americanos.” Por isso, argumenta, “isso cria simultaneamente poder de barganha, de ambos os lados, e incentivos para algum tipo de acomodação pontual”.

O estudioso da UnB vê Xi em vantagem, e arrisca que o presidente chinês “vai jantar Trump a frio”, em plena Casa Branca. “Acho que vai prometer uma série de coisas, até porque sabe que o tempo está a favor dele”, afirma Cortinhas. “Ele tem muito menos a perder do que Trump com a crise no Estreito de Ormuz. Nesse sentido, chega para esse encontro com uma posição muito mais consolidada, e essa deve ser uma tendência cada vez mais clara nas relações internacionais, daqui para a frente.”

Para saber mais

De Nixon e Mao até Trump e Xi

As relações entre os Estados Unidos e a República Popular da China contam um capítulo fundamental da história recente. Em particular, no que diz respeito à transição da Guerra Fria, no pós-Segunda Guerra (1939-1945), para a nova ordem internacional ainda em esboço.

Washington viu com alguma simpatia a ascensão dos comunistas chineses, com Mao Tsé-tung à frente, nos desdobramentos da expulsão das tropas japonesas que ocupavam desde os anos 1930 a Manchúria, no norte da China. A República Popular, proclamada em outubro de 1949, parecia um complemento da União Soviética vitoriosa de Josef Stalin.

A Guerra da Coreia (1950-1954), com envolvimento direto das forças de Mao, mudou a percepção. Nos anos 1960, enquanto Krushchev se apresentava como uma contraparte ao diálogo com Washington, o líder chinês encarnava o “fantasma” do comunismo assombrando a pax americana no Vietnã e além. Henry Truman, à época titular da Casa Branca, orientou a política externa à base da “teoria do domínio”: a ameaça tinha de ser contida antes que derrubasse, uma após uma, as peças do Ocidente no tabuleiro geopolítico.

Foram necessárias quase duas décadas, e um cisma no movimento comunista internacional, para que os EUA colocassem em movimento uma manobra tão ousada quanto desconcertante. Em novembro de 1972, sem aviso prévio, o recém-reeleito Richard Nixon desembarcou em Pequim e apertou a mão de Mao. A visita foi precedida por incursões secretas de seu secretário de Estado, Henry Kissinger, que aplainou o terreno em longas conversações com o chanceler Chu En-lai.

Desde então, a China Popular assumiu a cadeira reservada ao país na ONU — inclusive no Conselho de Segurança — no lugar de Taiwan. As relações com os EUA se estreitaram pelo interesse comum em confrontar a União Soviética. Já nos anos 1980, o virtual sucessor de Mao, Deng Xiaoping, fiador de um ambicioso processo de reformas econômicas, visitou Ronald Reagan, então ocupando a Casa Branca.

No quase meio século desde então, a China tornou-se o adversário identificado como o grande obstáculo à hegemonia global ensaiada pelos EUA desde o fim da URSS. Os dois polos de poder reconhecem que a convivência é incontornável, por ora. (SQ)

ESTADOS UNIDOS



Alex WROBLEWSKI / AFP

Equipe de TV vetada instala cobertura diante da Casa Branca: queixa na Justiça

Emissoras protestam contra censura

As principais redes de televisão dos EUA decidiram suspender a cobertura conjunta das atividades do presidente Donald Trump em apoio à CNN, que, com os veículos MS NOW e Político, teve o acesso vetado pela Casa Branca. Os veículos censurados apresentaram ação judicial contra o governo Trump, que acusa de cercar a liberdade de imprensa. O presidente anunciou na sexta-feira que proibiria o acesso dos três meios à sede do governo, como punição por divulgarem o que ele considera “notícias falsas”.

Em reação, as emissoras CBS, ABC, NBC e Fox anunciaram que deixarão de se revezar na cobertura das atividades públicas de Trump, como faziam com a CNN. Esse

sistema de filmagem compartilhada é conhecido em inglês como ‘pool’: um veículo registra as imagens e, depois, compartilha com os demais. A cobertura televisiva da agenda presidencial é uma das principais tarefas jornalísticas em Washington, e sua ausência impacta tanto a mídia quanto a própria Casa Branca.

Ex-estrela da TV, Trump é crítico feroz da imprensa, a quem acusa de apresentar uma “imagem negativa” de seu mandato. Mas o presidente recebe com frequência esse ‘pool’ no Salão Oval, onde aceita perguntas e aproveita para criticar ou mesmo zombar dos jornalistas presentes, muitas vezes ao vivo.

Os três veículos afetados anunciaram a ação judicial para “defender o princípio

de que o governo não decide o que a imprensa informa ou publica”. O veto presidencial, sustentam, não atende “os requisitos mínimos do devido processo: notificação prévia com base em critérios claros e oportunidade de ser ouvido”, explica o texto da ação. “O presidente não esconde que essa proibição fere a liberdade de expressão, que está protegida, declarando expressamente que decidiu vetar CNN, MS NOW e ‘Político’ pela cobertura ‘acumulativa’ durante os últimos dois anos”, acrescenta o documento judicial.

Em mensagem que postou ontem em sua rede, a Truth Social, Trump reiterou as acusações e assegurou que está fazendo uma ofensiva contra “as notícias falsas”.